Totalidade e Diferença: a Crítica ao Capitalismo em Iris Young como Crítica às Experiências Urbanas de Opressão

Lorenzo Bicca Estivallet

Resumo:

O artigo reconstrói a crítica à segregação urbana feita por Iris Marion Young em *Justice and the Politics of Difference* (1990). Sustento que a articulação entre totalidade e diferença fundamenta sua crítica às opressões no capitalismo tardio, as quais se manifestam nas relações urbanas pelo entrelaçamento entre dinâmicas locais e globais. Analiso a noção de diferença, as cinco faces da opressão e concluo com a escuta como chave para a imaginação crítica contemporânea.

Palavras-chave: Iris Marion Young; totalidade; diferença; segregação urbana; local-global.

Abstract:

The article reconstructs Iris Marion Young's critique of urban segregation in *Justice and the Politics of Difference* (1990). I argue that the articulation between totality and difference underpins her critique of oppression in late capitalism, which manifests itself in urban relations through the entanglement of local and global dynamics. I analyze the notion of difference, the five faces of oppression, and conclude by presenting the act of listening as a key to contemporary critical imagination.

Keywords: Iris Marion Young; totality; difference; urban segregation; local-global.

Introdução

Como o *mapeamento das opressões* pode ser mobilizado para a crítica social da experiência urbana no capitalismo contemporâneo? Existem diferentes formas de responder a essa questão. A reconstrução de parte dos textos da filósofa estadunidense Iris Marion Young (1949-2006) pode auxiliar nesse desafio de distintas maneiras. Ao longo deste artigo, lanço mão de uma chave de leitura que apreende *relacionalmente* as categorias de totalidade *e* diferença como um meio de dar conta da tarefa de criticar as formas atuais de reprodução do capitalismo. Pretendo discutir criticamente o entrelaçamento entre o local e o global no capitalismo contemporâneo com base em uma leitura interna à obra de Young.

De forma mais precisa, proponho reconstruir a imaginação crítica da autora à luz dos impactos descontínuos e heterogêneos que o capitalismo engendra enquanto sistema global. Essa leitura será sustentada pela ênfase em um aspecto ainda pouco explorado da produção acadêmica da autora: o debate sobre a dimensão urbana[624]. Defendo que é possível identificar uma *virada espacial incompleta* no projeto teórico de Young[625]. Esse movimento expressa o imbricamento entre dinâmicas locais e globais sob a égide contemporânea do capital, mais precisamente no período a partir da década de

[624] São raras as referências que articulam a agenda urbana em Young aos temas centrais da teoria crítica (Buchholz, 2021; Purcell, 2008), embora seu trabalho possa ser considerado "uma perspectiva, no interior da teoria crítica, de que o espaço urbano importa para pensar a democracia" (Tavolari, 2015, p. 18). Para uma abordagem mais ampla da relação entre o projeto da teoria crítica social e o da teoria crítica urbana, ver Brenner, 2009.
[625] Estivallet, 2023.

1970 nos Estados Unidos. Ainda que a análise das formas de opressão (como veremos adiante) diga respeito ao ambiente urbano das metrópoles norte-americanas e, portanto, tenha um foco local e específico direcionado, acredito que o quadro argumentativo de *Justice and the Politics of Difference* [*JPD*][626] seja capaz de gestar uma série de problemas teórico-políticos que se desenrolarão ao longo das décadas seguintes em distintos contextos urbanos.

A orientação do meu argumento também tem que ver com um quadro categorial mais abstrato, que organiza diferentes momentos da produção teórica de Young: as categorias de totalidade e diferença compõem as linhas de forças pelas quais as intervenções intelectuais-militantes da autora são elaboradas. O artigo não deve ser confundido com uma defesa inerte frente às objeções que Young recebeu ao longo da trajetória acadêmica, senão como um *convite* para pensar com e para além da autora, mantendo as tensões teóricas de forma criticamente fértil.

Trata-se de uma reconstrução teórica que não somente chama atenção sobre a atualidade das reflexões de Young para o *corpus* da teoria crítica, mas também salienta como seu trabalho expressa a continuidade da possibilidade da crítica social no capitalismo tardio. A obra de Young pode ser interpretada como um projeto teórico fundamentado na crítica à totalidade da exploração capitalista[627], mesmo que sua estratégia metodológica e discursiva incorpore certo banditismo intelectual[628], permitindo aproximações teóricas incomuns. Isto é, ao mesmo tempo em que ela identifica o caráter sistêmico das relações sociais no capitalismo, não abre mão de assumir a parcialidade do conhecimento produzido socialmente mesmo sem perder de vista a objetividade[629] da opressão. O trânsito teórico de Young entre o vocabulário do marxismo, da filosofia da diferença e da fenomenologia é circunscrito pragmaticamente[630] pelo objeto da crítica.

O ímpeto crítico da autora lança luz sobre a formulação de Fredric Jameson acerca da conexão entre as diversas teorias feministas, anti-coloniais e marxistas como "um projeto que pode soar como 'relativismo' ou 'pluralismo' apenas se for ignorada a *identidade do objeto comum ausente* de tal 'teorização' a partir de múltiplos 'pontos de vista' [...]"[631]. Embora Young não nomeie o capitalismo tardio formulado por Jameson enquanto objeto próprio de seus textos, chamo atenção à tentativa da filósofa em articular a multiplicidade de experiências específicas desse sistema social por meio da efetivação da crítica social.

---

[626] Young, 1990. Em outras passagens, utilizarei a sigla *JPD* para me referir ao livro, com o objetivo de tornar a leitura mais fluida. Todas as traduções do inglês para o português são de minha autoria e foram realizadas de forma livre.

[627] Goonewardena, 2018,

[628] Conforme Michaele Ferguson, cientista política que está trabalhando em um livro sobre a autora, "Young descreveu-se a si própria como uma '*bandita*': uma feminista fora da lei que rouba seletivamente recursos a filósofos homens para servir os seus próprios objectivos políticos, deixando para trás o que quer que seja do seu trabalho que seja sexista ou inútil" (Ferguson, s. d.).

[629] O projeto de Young dialoga, por exemplo, com a epistemologia feminista crítica de Donna Haraway para quem "[a] *alternativa ao relativismo* são os conhecimentos parciais, localizáveis e críticos que sustentam a possibilidade de teias de conexões chamadas de *solidariedade* na política e *conversas compartilhadas* na epistemologia" (Haraway, 1991, p. 191, grifos meus). Para Young, que faz referência à Haraway ao tratar da noção de objetividade, "um *entendimento objetivo* da sociedade, uma descrição abrangente de suas relações e processos estruturados, suas localizações materiais e condições ambientais, um conhecimento detalhado dos eventos e condições em diferentes lugares e posições, e a capacidade de prever as prováveis consequências de ações e políticas" (Young, 2000, p. 117, grifos meus).

[630] Young tinha "objetivos pragmáticos [que] eram inabaláveis" (Hawkesworth, 2008, p. 319). As intervenções da autora buscavam reagir à pergunta: "Que estratégias teóricas são mais úteis para a política?" (Young, 1997b, p. 147).

[631] Jameson, 2009, p. 221, grifos meus.

A noção de diferença como parâmetro da crítica à segregação urbana

Iris Marion Young defendeu sua tese[632] de doutorado em 1974. Ao longo do período de sua formação, as circunstâncias políticas e sociais norte-americanas foram convulsionadas pelo surgimento de movimentos contestatórios encampados por grupos de estudantes universitários ligados ao debate feminista, negro e de orientação sexual, que lutavam pela realização das promessas de justiça e igualdade para mulheres, pessoas negras, gays e lésbicas, dentre outros grupos socialmente marginalizados. Nesta primeira seção, gostaria de abordar como a noção de diferença se articula com a interpretação de Young sobre o fenômeno urbano, movimento teórico que lança luz sobre como as especificidades locais da vida sob o capitalismo estão imbricadas a dinâmicas mais gerais do planejamento urbano.

A tensão entre distintas concepções teóricas está em latência em diversos momentos dos escritos de Young. Para além da dicotomia liberal-comunitarista, que moldava boa parte do debate acadêmico norte-americano entre 1980 e 1990, a autora procura construir uma saída para o dilema constitutivo da crítica pós-estruturalista aos projetos universalistas de justiça e de boa vida. Se, por meio da dimensão epistemológica, as teorias pós-estruturalistas têm uma pretensão de esvaziar conceitos racionalistas e universais de razão, por meio da dimensão prática, tenta-se construir uma resistência política aos perigos de racionalização total dos processos sociais contemporâneos[633]. Em síntese, constata-se um paradoxo no qual a teoria (pós-estruturalista/pós-moderna) nega a efetivação de sua própria potencialidade, pois, ao mesmo tempo em que compreende a sociedade composta de injustiças sistêmicas, se torna incapaz de oferecer "uma teoria de justiça que oferece princípios universalmente válidos e substantivos"[634]. Sustento que a *(anti)teoria da justiça*[635], formulada por Young, indica uma alternativa a esse dilema, ainda que não o elimine[636].

A apreciação das cinco faces da opressão em que a injustiça se expressa – exploração, marginalização, impotência, imperialismo cultural e violência – inauguram um conceito de justiça[637] guiado sob uma "orientação negativista"[638]. Sob um olhar retrospectivo, o projeto teórico de Young elaborou uma "teoria mais geral [...] sobre injustiça e inclusão"[639], que tem nas análises sobre as experiências de injustiça urbana uma de suas manifestações mais frutíferas e menos exploradas.

---

632 Young, 1974.
633 White, 1991, p. 116.
634 *Ibidem.*
635 Em uma entrevista sobre sua trajetória, Young afirma: "não diria que em *Justice and the Politics of Difference* proponho um 'paradigma' diferente de justiça. Critiquei o paradigma dominante por reduzir as questões de justiça à distribuição, mas não ofereci outra 'teoria' de justiça. De fato, *Justice and the Politics of Difference* pode ser considerada como *antiteoria* se considerado aquele sentido de apresentar as questões de justiça que podem ser respondidas através de um ou dois princípios acompanhados por sua justificação" (Young, 2001, p. 96).
636 Para uma interpretação distinta, que coloca a autora como mera representante do idealismo presente no pensamento urbano influenciado pelo pós-estruturalismo, ver mais em Fainstein, 1995.
637 Young interpreta as injustiças sociais à luz de um quadro teórico que distingue analiticamente experiências de dominação e opressão: a *dominação* como restrição institucional à autodeterminação e a *opressão* como restrição institucional ao autodesenvolvimento. A dominação obstaculiza a participação dos sujeitos no quadro político e social responsável por regular suas ações. A opressão impede sistematicamente o desenvolvimento e o exercício das capacidades dos sujeitos em ambientes socialmente reconhecidos, considerando capacidades tanto as comunicativas quanto as expressivas. Ver mais em Young, 2021; 1990, p. 39-65; 2000, p. 31-33. O argumento elaborado neste artigo não objetiva aprofundar esse tipo de reconstrução, pois acredito que tenha mais relevância no debate crítico às teorias da justiça e da democracia. Embora sejam campos teóricos em que a obra de Young se situe, minha interpretação busca reposicioná-la na discussão da teoria crítica.
638 McNay, 2021, p. 91.
639 Nuti, 2019, p. 86.

Conforme pretendo evidenciar, em *JPD*, a crítica ao planejamento urbano burocrático e alienante, que está na base das experiências de segregação socioespacial[640], pode ser apreendida em conjunto com um movimento teórico mais amplo na obra de Young. Se lido como crítica ao capitalismo tardio, é possível perceber o discurso teórico da filósofa como um esforço intelectual para modular o tipo de crítica efetivada sem perder a radicalidade. Como veremos, são as experiências de opressão e dominação que determinam a estratégia teórica-política escolhida e, por isso, o modelo teórico de Young apresenta valiosos caminhos para refletir sobre a imaginação crítica da teoria social na contemporaneidade.

A estratégia argumentativa da crítica à segregação urbana privilegia as relações sociais e lógicas fundamentadas na noção de *não identidade* (diferença). Ao contrapor-se à lógica da identidade, Young interpreta "entidades, eventos, significados, nem como idênticos, nem como opostos. Eles podem ser relacionados em certo respeito, mas a similaridade não configura uniformidade, e essa similaridade só pode ser notada por meio da *diferença*"[641]. Contudo, a autora enfatiza que diferença "*não é alteridade absoluta*, uma completa ausência de relação ou de atributos compartilhados"[642]. É com base nessa construção conceitual que Young elabora a contraposição teórica ao ideal de comunidade, que se baseia na ilusão metafísica de que é possível uma "copresença imediata de sujeitos"[643].

Em realidades sociais pautadas pelas desigualdades estruturais, a criação de bloqueios específicos para algumas pessoas está correlacionada com a liberdade e o bem-estar material gerado pela *posição social* ocupada por outro grupo de indivíduos, configurando um processo contínuo e cumulativo[644]. Essas desigualdades estruturais expressam-se nas diferenças de posicionamentos sociais dos sujeitos, considerando as relações de classe, gênero, raça, nacionalidade e religião, entre outras "fontes tanto de *possibilidades de ação* quanto de *constrangimento*"[645]. A apreensão das noções de estrutura e posição social gera, por isso, uma série de vantagens explicativas em relação à crítica ao capitalismo, considerando-as tanto em termos metafóricos quanto materiais[646].

A crítica à opressão e à alienação produzidas e reproduzidas na cidade[647] é concebida pelos sujeitos e grupos sociais subalternos no capitalismo tardio como possibilidade de integrar um momento contrário à comodificação integral das relações sociais. Por exemplo, as práticas de ação direta organizada por movimentos sociais dos anos 1960, quando interpretadas por um quadro teórico

---

640 Ao longo do texto, uso indiscriminadamente os termos "segregação socioespacial", "segregação urbana" e "segregação residencial". Ainda que o primeiro aborde o processo de produção social do espaço urbano de uma forma mais abrangente, a utilização das outras terminações justifica-se porque promove mais fluidez à leitura.

641 Young, 1990, p. 98, grifos meus.

642 *Ibidem.*

643 Young, 1990, p. 233. Ela aprofunda sua rejeição ao ideal de comunidade por meio da crítica à "metafísica da presença", conceito elaborado por Jacques Derrida (1976).

644 Young, 2000, p. 98.

645 *Ibidem*, p. 100, grifos meus.

646 Em *Inclusion and Democracy*, Young (2000) faz uso da noção de prático-inerte (Sartre, 1976) para descrever a estrutura social como um resultado coletivo das ações passadas, que se cristaliza em um ambiente físico e cultural capaz de condicionar práticas futuras, independentemente de intenções individuais. Esse conceito ajuda a evidenciar os efeitos naturalizantes da dominação e da opressão, especialmente no que diz respeito à racialização do espaço urbano. A segregação racial nos Estados Unidos exemplifica esse processo, pois transforma restrições de acesso a oportunidades e recursos em condições dadas para grupos racializados, enquanto os grupos dominantes se beneficiam de estruturas de privilégio. Assim, a urbanização da injustiça racial corresponde à urbanização dos privilégios da branquitude, consolidando espacialmente desigualdades historicamente produzidas.

647 O debate teórico promovido por Young em *JPD* atravessa diferentes pontos de vista teóricos, conectados aos campos da geografia, planejamento urbano e sociologia, mas que têm em comum a crítica ao planejamento urbano burocrático capitalista. Destaco as referências às obras de Harvey (2009), Castells (1983), Gottdiener (1985), Jacobs (2009), Sennett (1970) e Whyte (1988).

adequado, aparecem no mundo social como uma compreensão objetiva do modo de vida capitalista. Ao conectar (e extrapolar) o quadro teórico de Young nesses termos, as categorias de totalidade e diferença não expressam leituras dicotômicas, mas ajudam na apreensão de momentos distintos da luta política por justiça social.

Além disso, a exploração da "concepção multidimensional de injustiça"[648] elaborada pela autora, com base na experiência urbana, evidencia o nexo ideológico entre a produção socioespacial com a organização política e jurídica do estado. A operação realizada para criticar as consequências do planejamento urbano norte-americano[649] hegemônico possibilita a Young tematizar as distintas facetas da opressão. É por meio dessa interpretação que pretendo salientar como a nomeação das relações de opressão vividas na cidade permite vincular as experiências locais com dinâmicas sistêmicas e estruturais geradas socialmente.

Como veremos na segunda seção deste artigo, procuro mostrar que as cinco faces da opressão delineadas por Young possuem uma relação direta, ainda que nem sempre devidamente explicitada, com as injustiças urbanas e, mais especificamente, com experiências de segregação socioespacial. Esse cruzamento entre experiências de opressão e o urbano permitirá apreender como a categoria de totalidade, que estava sendo operada por Young desde os anos 1980[650], continua orientando seu diagnóstico de tempo, mesmo que em 1990 a noção de diferença (enquanto programa filosófico e político) recebe uma defesa explícita.

A confluência entre as ações do capital privado e de agentes estatais exerce uma pressão sobre o tecido urbano que se expressa em políticas sociais e econômicas responsáveis por intensificar as opressões experimentadas por grupos subalternos. Em *JPD*, ao observar a sociedade norte-americana, a filósofa nota que diversas

> injustiças sociais existem nas cidades de hoje. As cidades e as pessoas que nelas vivem são relativamente *impotentes* diante do domínio do capital empresarial e da burocracia estatal. Os processos de tomada de decisão privatizados nas metrópoles [*cities*] e cidades [*towns*] reproduzem e exacerbam as desigualdades e opressões. Eles também produzem ou reforçam segregações e exclusões dentro das metrópoles e entre metrópoles e cidades, que contribuem para a *exploração*, *marginalização*, e *imperialismo cultural*[651].

Em primeiro lugar, Young reafirma que o modo de vida realmente existente – na sua análise, especificamente a democracia liberal norte-americana – é vivido com base em experiências sociais de injustiça. Em segundo, há uma dominação exercida pela imbricação das ações do mercado e do Estado que se expressa no nível tanto intersubjetivo, considerando a interação entre indivíduos e grupos sociais, quanto entre entidades político-administrativas, tendo em vista a governança das cidades. Em terceiro, esse processo traduz a invasão de imperativos funcionais e econômicos, em suma, privatizantes, para o âmbito do cotidiano urbano. Por último, são circunstâncias que, além de impedir a participação dos sujeitos no quadro institucional político e social responsável por regular suas ações

[648] Harvey 1993, p. 56.
[649] Como já mencionado na introdução, há um limite evidente nas elaborações de Young, uma vez que ela restringe sua análise às metrópoles dos Estados Unidos. Também se poderia colocar em questão se, ao trabalhar com as estruturas materiais urbanas, Young consegue cumprir com o objetivo de se contrapor a uma visão "selvagemente utópica" (Young, 1990, p. 237), característica de construtos teóricos que tendem a evitar a política: uma falha que incidiria, segundo Young, tanto sobre seus adversários teóricos comunitaristas quanto pós-estruturalistas.
[650] Young, 1981.
[651] Young, 1990, p. 227, grifos meus.

(consequência da dominação), também são a base para a reprodução de opressões, as quais, nas cidades, são explicitadas pelas dinâmicas de exclusão social e segregação socioespaciais.

As manifestações da opressão não dependem apenas das ações conscientes por parte de um indivíduo ou grupo sobre outro. Trata-se de um *fenômeno estrutural* ou *sistêmico*, o qual tem como pano de fundo uma gramática social que designa "a inibição de um grupo por meio de uma vasta rede de práticas cotidianas, atitudes, suposições, comportamentos e normas institucionais"[652]. É por isso que o ambiente urbano fornece condições privilegiadas para uma teoria da sociedade que pretende criticar as injustiças sociais causadas por relações de opressão. Partir da cidade como cerne das preocupações teóricas apresenta um caráter duplamente vantajoso: possibilita, por um lado, ilustrar experiências concretas de sofrimento social e, por outro, identificar quais as estruturas de dominação que intensificam o impedimento sistemático do desenvolvimento e do exercício das capacidades comunicativas e expressivas de atores sociais.

Ao discutir as formas de injustiça social e cidade, Young afirma que a conexão do ideal de vida urbana com a "experiência real"[653] é uma das condições para que as mudanças sociais ocorram. A tarefa da teórica crítica torna-se, então, a desnaturalização dos processos causadores das formas de vida segregadas socioespacialmente, chamando atenção às estruturas sociais, processos e relações que produzem e reproduzem os problemas urbanos. A leitura *relacional* sobre a noção de justiça também é aplicada à produção do espaço urbano: as relações urbanas tornam-se o objeto da crítica e, portanto, o movimento argumentativo de Young passa a sustentar que elas devem ser transformadas, tanto em seus aspectos circunscritos às experiências subjetivas e/ou da interação cotidiana entre cidadãos quanto em seus aspectos mais estruturais[654], ligados aos efeitos do planejamento urbano burocrático-estatal e da elaboração das políticas públicas.

Os adjetivos utilizados por Young para caracterizar a vida urbana nas metrópoles ocidentais modernas indicam um tipo de alienação que é um dos núcleos da crítica às consequências negativas causadas pelo planejamento urbano ortodoxo. Não se trata, por isso, da mesma experiência produzida pelo trabalho alienado, conforme analisado pela crítica marxista tradicional, mas de uma qualitativamente distinta: a forma coletiva de viver a cidade produz prejuízos que são sentidos e/ou percebidos como privados, ainda que a gênese dessas carências seja eminentemente social. Existe uma correspondência entre a pressão material e simbólica exercida pelo urbano e as experiências que sujeitos e grupos têm na cidade[655].

Com o intuito de avaliar como Young discute as formas de opressão através da questão urbana, destaco o terceiro aspecto identificado por ela como componente dos fenômenos que estão na base das experiências de dominação e opressão: "processos de segregação e exclusão, tanto dentro das metrópoles [*cities*] quanto entre metrópoles e subúrbios [*suburbs*]"[656]. Ela explicitamente recepciona as elaborações de Harvey[657] sobre a urbanização na modernidade capitalista. Ao longo desse processo,

---

[652] Young, 2021, p. 495.
[653] Young, 1990, p. 241.
[654] Essa distinção entre intersubjetivo, por um lado, e estrutural/sistêmico, por outro, possui fins analíticos-interpretativos, que se misturam continuamente na experiência social vivida.
[655] É assim que interpreto quando Young afirma que a urbanidade configura o "*material dado* para aqueles que vivem em sociedades industriais avançadas. [...] O entorno material e as estruturas à nossa disposição definem e pressupõem as *relações urbanas*" (Young, 1990, p. 237, grifos meus). Esse tipo de análise serve, principalmente, para tematizar as *mediações espaço-temporais* que compõem as relações sociais, as quais manifestam o diagnóstico de tempo sobre o papel da urbanidade no capitalismo contemporâneo.
[656] Young, 1990, p. 242. Os outros dois aspectos são: "(a) dominação corporativa e burocrática centralizada das cidades; (b) estruturas de tomada de decisão nos municípios e seus mecanismos ocultos de redistribuição" (*Ibidem*).
[657] Harvey, 2009.

foi determinado que cada atividade ocorreria "em seus próprios enclaves murados" e, assim, gerou-se uma "separação de funções no espaço urbano [que] reduz a vitalidade das cidades, tornando a vida urbana mais *entediante*, *sem sentido* e *perigosa*"[658]. Em grande medida, este foi um tipo de planejamento técnico das cidades de viés funcionalista, que produziu uma separação espacial entre distintas zonas de habitação, manufatura, varejo, entretenimento, comércio e governo.

Essa forma de vida entediante, sem sentido e perigosa, isto é, alienante, produz antagonismos que têm sua âncora na funcionalização e segregação do espaço urbano, a qual é produto da ação burocrática corporativa e estatal[659]. A separação territorial entre comunidades de moradia e locais de trabalho traduz-se em uma divisão ilusória (sob o ponto de vista da estrutura social) entre os interesses, por um lado, dos trabalhadores e, por outro, dos consumidores e moradores dos bairros. Diante dessas circunstâncias, há uma tendência de imobilização da ação política coletiva, uma vez que esse processo de fragmentação urbana, marcado pela divisão casa e trabalho, torna-se um obstáculo para os cidadãos perceberem o espaço onde vivem como parte de um tecido social mais amplo.

As cinco faces de opressão à luz da experiência urbana

Nesta última seção, buscarei reconstruir como a abordagem de Young sobre o espaço urbano, realizada em *Justice and the Politics of Difference*, de 1990, auxilia na reflexão crítica sobre a relação local-global no capitalismo tardio. Os capítulos que compõem o livro foram publicados ao longo dos anos 1980, com ênfase para dois deles: "The Ideal of Community and the Politics of Difference"[660] e "Five Faces of Oppression"[661], os quais são reformulados, respectivamente, nos capítulos oitavo e segundo de *JPD*.

Exploração

Acredito que a interpretação acerca das relações urbanas pressupõe uma análise crítica à totalidade das relações capitalistas, ainda que a própria Young não assuma esse vínculo. A reconstrução da noção de exploração – constitutiva das cinco faces da opressão – ajuda a refazer o elo desse fenômeno com a exploração de gênero, o que remete à tarefa da teoria unitária esboçada no artigo "Beyond the Unhappy Marriage: A Critique of Dual Systems Theory"[662], publicado pela autora em 1981.

A exploração em geral manifesta-se como um tipo de experiência de sofrimento social causada pela dominação de classe. Ao abordar essa categoria elaborada por Young, Harvey lembra que a exploração se trata dos "casos de trabalhadores que cedem mais-valia aos capitalistas"[663]. Ela afeta o desenvolvimento das capacidades das trabalhadoras e dos trabalhadores, que sofrem privação material e com a ausência de controle sobre as atividades que executam e, assim, com a falta de autorrespeito[664]. Já a exploração específica vinculada à estrutura de gênero tem pelo menos dois aspectos: transfere aos

[658] Young, 1990, p. 246, grifos meus.
[659] *Ibidem.*
[660] Young, 1986.
[661] Young, 2021.
[662] Young, 1981.
[663] Harvey, 1993, p. 56.
[664] Young, 1990, p. 49.

homens tanto os frutos do trabalho material quanto as energias sexuais e afetivas[665]. Trata-se de uma opressão *acelerada* pela segregação e funcionalização do espaço urbano[666].

As ilustrações expostas por Young são particularmente importantes, pois expressam o ímpeto da filósofa em sublinhar que tipo de experiências constituem as opressões vividas pelas mulheres no espaço urbano da sociedade de massas burocrática e patriarcal. Por exemplo, as mulheres que dedicam seu tempo integral ao trabalho doméstico (*full-time homemaker*), e que também são mães, têm suas vivências cotidianas, em grande medida, determinadas pelo modo em que se organiza o espaço urbano.

> Uma mulher e mãe que realiza o trabalho doméstico em tempo integral que vive em um apartamento no centro da cidade, a pouca distância de lojas, restaurantes, escritórios, parques e serviços sociais, tem uma vida muito diferente daquela da mulher que passa o dia em uma casa suburbana cercada, por quilômetros, apenas por casas e escolas. *A separação das funções urbanas obriga as mulheres que realizam o trabalho doméstico ao isolamento e ao tédio.* Também faz com que suas atividades de trabalho, de ocupação de crianças, de levar as crianças a atividades, de ir a médicos, dentistas, agentes de seguros etc., se transformem em mais difíceis e demoradas[667].

Young também explica a intensificação da opressão de gênero pautada pelo ambiente construído nas cidades ao relatar as experiências das mulheres que são mães e trabalham fora de casa. Dialogando com a urbanista feminista Dolores Hayden[668], a filósofa afirma que o cotidiano dessas mulheres se submete à separação funcional das esferas da produção e reprodução da vida material e subjetiva. Configuram-se dois casos paradigmáticos: ou (a) há uma tendência de limitação heterônoma da escolha dos possíveis empregos exercidos pelas mulheres, que ficam restritos aos locais próximos à moradia e não raro são mal remunerados; ou, frequentemente, (b) constitui-se uma rotina em que a mobilidade das mulheres trabalhadoras no espaço urbano desenha um "triângulo ou quadrado"[669], formado pelos deslocamentos entre o lugar de residência, de trabalho, a instituição educacional frequentada pelos filhos e o supermercado.

Destaco que, ao empregar uma estratégia argumentativa baseada em exemplos concretos, fundamentados em pesquisas de urbanistas críticos[670], Young articula considerações fenomenológicas a uma perspectiva estrutural[671]. O vínculo entre exploração de gênero e espaço urbano permite explicar, no caso dos Estados Unidos da segunda metade do século XX, como a divisão espacializada de funções também se torna *generificada*. O arcabouço teórico delineado permite criticar com Young a tendência do planejamento urbano burocrático em acelerar a transferência de energia gerada pelo trabalho – material e de cuidado – das mulheres aos homens. A estrutura socioespacial alienante e desigual manifesta as disparidades de gênero, na medida em que impede o desenvolvimento e o exercício das capacidades das mulheres em espaços socialmente reconhecidos.

---

665 *Ibidem*, p. 50.
666 Como vimos na primeira seção, esse tipo de análise é fundamental para abordar as mediações espaço-temporais que estruturam as relações sociais nas metrópoles contemporâneas. Essas mediações refletem um diagnóstico do tempo presente, no qual a urbanidade se torna um objeto central na renovação da crítica ao capitalismo tardio.
667 Young, 1990, p. 246, grifos meus.
668 Hayden, 1983.
669 Young, 1990, p. 246.
670 Conforme Hawkesworth, Young "insistia que a análise teórica não podia abstrair-se da investigação empírica" (Hawkesworth, 2025, p. 3).
671 Braten, 1995; Kruks, 2008.

Marginalização

Com base no quadro analítico das opressões elaborado por Young, a crítica das injustiças sociais na cidade aborda o modo como as estruturas, processos e relações sociais no capitalismo produzem e reproduzem padrões finais de distribuição dos recursos materiais e simbólicos desiguais (estes últimos vinculados a padrões de reconhecimento social). O objeto de uma noção de justiça deixa de estar circunscrito ao paradigma distributivo e passa a ser interpretado relacionalmente, pautado fundamentalmente nas diferenças entre os grupos sociais. Os padrões injustos de distribuição também passam a ser considerados a partir das dinâmicas históricas, socioeconômicas e políticas que os produziram.

Os processos de segregação e exclusão nas cidades sustentam experiências de dominação e opressão. Eles permitem explicar a opressão não apenas pela lente da exploração – como na dimensão de gênero mencionada acima –, mas também pelo aprofundamento da *marginalização*. Essa marginalização afeta idosos, membros das classes baixas e grupos racializados, entre outros, que enfrentam dificuldades para circular de forma independente por diferentes áreas urbanas[672].

No espaço urbano produzido pela conjunção entre funcionalização e segregação, a exclusão social amplia-se cada vez mais na medida em que o indivíduo ou grupo social depende da cooperação social para sua sobrevivência. A marginalização categoriza as pessoas que se encontram fora da "participação útil na vida social" e, por isso, tornam-se "potencialmente sujeitos à privação material severa e até ao extermínio"[673]. Ao contrário do que ocorre na exploração, por meio da extração de energia de quem trabalha, parece não existir incentivo para que se mantenham os marginalizados vivos e úteis[674]. Estes configuram uma subclasse de cidadãos desempregados ou alijados do mercado de trabalho.

> Nos Estados Unidos, uma proporção vergonhosamente grande da população é *marginal*: idosos e cada vez mais pessoas que não estão em idade muito avançada, mas são despedidas e não conseguem encontrar um novo emprego; jovens, especialmente negros ou latinos, que não conseguem encontrar um primeiro ou segundo emprego; muitas mães solteiras e seus filhos; outras pessoas involuntariamente desempregadas; muitas pessoas com deficiência mental ou física; e indígenas americanos, especialmente aqueles em reservas[675].

A espacialização desses grupos na cidade e o vínculo com suas experiências de injustiça não foi explorada pela autora, pois o uso específico que Young faz da categoria dirigia sua crítica às políticas de bem-estar social que suspendem "direitos à privacidade, ao respeito e à escolha individual"[676]. Por meio de políticas redistributivas de fornecimento de serviços e renda que visam o combate à privação material, frequentemente, há uma legitimação de que agentes da burocracia, tanto pública quanto privada, imponham regras sobre os grupos marginalizados exercendo "poder sobre as suas condições de vida"[677]. Não cabe aqui a análise mais detida da crítica temporalmente situada realizada pela autora, mas acredito que a intuição sobre a condição provocada pela marginalização ilumine como carências materiais e simbólicas se imbricam relacionalmente no espaço urbano

672 Young, 1990, p. 242-248.
673 *Ibidem*, p. 53.
674 Card, 2009, p. 154
675 Young, 1990, p. 53, grifos meus.
676 *Ibidem*, p. 54.
677 *Ibidem.*

capitalista, ainda que de diferentemente de acordo com as particularidades históricas, políticas e territoriais de cada contexto urbano.

O bloqueio ao autodesenvolvimento[678] experimentado pela população marginalizada pode ser interpretado em um quadro de expansão do tecido urbano caracterizado pelo modelo de periferização da cidade[679]. Este se trata de um fenômeno socioespacial estrutural que marca, por exemplo, as metrópoles brasileiras, no qual grupos sociais de camadas pobres e trabalhadoras, geralmente racializados, são empurrados para longe do centro das cidades. Além de aprofundar a dificuldade dos indivíduos em acessarem a infraestrutura urbana – serviços de energia elétrica, saneamento básico, lazer, transporte e escolas públicas –, a remoção de pessoas de seu local de moradia e da rede comunitária que constituía os laços de solidariedade do território onde habitavam gera, potencialmente, outros tipos de sofrimentos sociais.

Entendo que a marginalização, percebida com base na dinâmica urbana, explicita a conexão entre o vínculo das experiências subjetivas de sofrimento com a vida material cotidiana. Conforme Young, sentimentos de "inutilidade, tédio e falta de autorrespeito"[680] são elementos constitutivos da marginalização. Interpreto que a argumentação da autora desloca a questão sobre como esses sentimentos são ou não articulados pelos sujeitos que os experimentam e a coloca como um problema da estrutura social, considerando os impactos objetivos cotidianos em suas vidas.

Por meio da noção de marginalização, impedir o acesso dos moradores de determinados bairros a infraestruturas urbanas adequadas gera um isolamento das esferas de "cooperação social organizada"[681], isto é, de âmbitos materiais da reprodução da vida social, tanto culturais quanto institucionais. É provável que famílias marginalizadas continuem *vivendo a cidade* sem sentirem que fazem parte da construção compartilhada da mesma, pois estão em uma posição *subalterna*[682].

A marginalização foi tratada a título de exemplificação dos possíveis usos das categorias analíticas da opressão para a crítica da dinâmica urbana contemporânea. O modo pelo qual Young desenvolve a noção, contudo, se limita aos aspectos negativos da condição de marginalidade social. Outro tipo de apreensão teórica ocorre nas abordagens que focam nas potencialidades de ação para mudança social inscrita no ponto de vista dos marginalizados socialmente. As leituras de bell hooks sobre o significado político da espacialidade entendem a marginalidade como um "local de resistência"[683] capaz de construir discursos contra hegemônicos, considerando tanto o vocabulário desses grupos quanto seus hábitos de vida.

Segundo hooks, a possibilidade da "produção de perspectivas radicais" partindo das "margens"[684] aponta para a conexão entre espaços de repressão e de resistência como um antídoto contra a desesperança e o empobrecimento das experiências cotidianas dos grupos oprimidos, colonizados e explorados. Nesse tipo de abordagem, cria-se um "espaço de abertura radical", que afeta

[678] Ver conceituação de Young na nota de rodapé 26.
[679] Aqui uso essa categoria ilustrativamente com o objetivo de auxiliar na reconstrução do argumento. Para uma análise aprofundada do fenômeno de periferização, por exemplo, no contexto brasileiro, ver mais em Santos, 1993.
[680] Young, 1990, p. 55.
[681] *Ibidem.*
[682] Esse tipo de leitura fundamenta a *política da diferença posicional* defendida por Young, cujo ideal normativo "é importante porque destaca a profundidade e a base sistemática da desigualdade e mostra que a desigualdade perante a lei não é suficiente para remediar essa desigualdade. Ela chama a atenção para as *relações* e os *processos* de *exploração*, *marginalização* e *normalização* que mantêm muitas pessoas em *posições subordinadas*" (Young, 2007, p. 100-101). Conforme Lois McNay, trata-se de um modelo teórico capaz de capturar a sensibilidade das "práticas emergentes dos *grupos subordinados*" (McNay, 2014, p. 187).
[683] hooks, 1990, p. 149-152.
[684] *Ibidem*, p. 152.

concomitantemente as contribuições teóricas da geografia humana e das políticas culturais da diferença, além "do que entendemos por política de localização e desenvolvimento geohistórico desigual, de como combinamos criativamente metáfora espacial e materialidade espacial em uma *práxis* espacial assertiva"[685]. Acredito que Young faça parte dessa virada espacial da teoria social crítica, ainda que, em *JPD*, se restrinja a uma leitura que salienta a dimensão imobilizadora da marginalização.

Impotência

Acima, busquei exemplificar possíveis usos, analiticamente distintos, das categorias de exploração e marginalização, além de ilustrar potencialidades dessas categorias teóricas para a avaliação e crítica da segregação socioespacial não diretamente mobilizadas por Young. Mostrou-se necessário ultrapassar a própria argumentação da autora com o objetivo de sustentar o caráter inovador de sua apreensão da "espacialidade das relações sociais"[686] e apontar os limites e as intuições a serem aprofundadas.

A multidimensionalidade do conceito de justiça social se expressa na crítica ao processo de segregação urbana ao mesmo tempo em que é a análise desse fenômeno que atualiza os conceitos elaborados. Com base na avaliação das consequências do planejamento urbano funcionalista, Young aborda os efeitos da separação legal entre municipalidades. São avaliados esses efeitos tanto para os habitantes dos centros urbanos norte-americanos, abandonados e pauperizados, quanto para os grupos sociais estereotipados como *outros*.

Nesta subseção, pretendo reconstruir a noção de *impotência* à luz da dinâmica que produz e reproduz a "urbanização da injustiça"[687]. Mais uma vez, os fenômenos que estão na base das experiências de injustiça – dominação e opressão – são pensados criticamente ao passo que se tenta explicar a produção social do espaço urbano. A impotência é a face da opressão que traduz a "falta de autoridade, status e o senso de si mesmo [*sense of self*]"[688] ao se distinguir, por exemplo, a experiência de trabalhadores profissionais e de trabalhadores não profissionais – geralmente representantes de classe média e da classe trabalhadora. A divisão social do trabalho acarreta uma diferença de status entre os dois grupos que se materializa em assimetrias sobre quem pode ou não participar das tomadas de decisão que afetam suas próprias vidas.

Esse modo de elaborar a categoria expressa a "orientação negativista"[689] de Young, uma vez que a noção de impotência tem como fim o tratamento de um "problema [...] normativo que surge a partir de um contexto prático"[690]. É por meio de uma determinada compreensão acerca das formas de vida de grande parte dos cidadãos norte-americanos, em ambientes institucionais e burocráticos – de trabalho e de interação cotidiana –, que a filósofa busca definir as experiências de impotência. No pano

685 Hooper; Soja, 1993, p. 188, grifo no original.
686 Iveson; Fincher; Gleeson, 2019, p. 291.
687 Merrifield; Swyngedouw, 1995. O livro com o título *The Urbanization of Injustice* (1995) foi editado a partir de uma conferência em homenagem aos vinte anos da publicação de *Social Justice and the City* (1973), de David Harvey, mesma obra que serve como um dos referenciais teóricos de Young, em *JPD*, para a crítica à segregação urbana nos Estados Unidos. No primeiro capítulo da coletânea de 1995, é apresentado como as reformulações de Harvey sobre o conceito de justiça incorporaram "um grau de relativismo em termos de diferença cultural através da 'posicionalidade' [*situatedness*]" (Merrifield; Swyngedouw, 1995, p. 9), reformulações que foram influenciadas por Young, apesar das contraposições teóricas entre ambos, como na avaliação sobre o potencial emancipatório dos novos movimentos sociais (tópico abordado na primeira seção deste artigo).
688 Young, 1990, p. 57.
689 McNay, 2021, p. 91.
690 Young, 1997a, p. 5.

de fundo, há a distinção entre profissionais e não profissionais, que se conecta, respectivamente, à divisão do trabalho mental e manual.

> *Profissionais* e *não profissionais* pertencem a culturas diferentes nos EUA. Os dois grupos tendem a viver em bairros segregados ou até mesmo em cidades [*towns*] diferentes, em consequência das ações e decisões de agentes imobiliários. Eles tendem a ter gostos diferentes em relação à comida, decoração, roupas, música e férias. Os membros dos dois grupos, em sua maior parte, socializam entre si no mesmo *grupo de status*. Embora haja alguma mobilidade intergrupal entre as gerações, na maioria das vezes os filhos de profissionais tornam-se profissionais e os filhos de não profissionais, não[691].

Essa tendência se traduz em normas sociais de respeitabilidade que se espraiam para quase todas as dimensões da vida social, deslocando, por exemplo, a impotência da esfera do trabalho para relação entre consumidor e cliente no mercado imobiliário. Nos Estados Unidos, mesmo que a discriminação racial tenha passado a ser tipificada como crime, é usual que o racismo impeça pessoas negras de acessarem imóveis em determinadas regiões das cidades marcadas pela branquitude[692]. Contudo, caso essa pessoa negra seja um executivo de uma grande empresa, o preconceito *pode ser* atenuado devido ao status profissional ligado a essa ocupação. Nesse caso, foi o "privilégio dessa respeitabilidade profissional"[693] que possibilitou à pessoa racializada participar em igualdade de status na interação cotidiana.

Acredito que esse exemplo ilustre apenas episódios excepcionais das dinâmicas opressivas nas relações urbanas[694], porém, o exercício conceitual, por meio da elaboração específica da categoria de impotência, ajuda a interpretar como viver de acordo com um *estilo de vida* – que geralmente está atrelado ao status social – tende a determinar as oportunidades de escolha dos indivíduos que pertencem a grupos marcados como *não* respeitáveis. A opressão, sob a forma da impotência, é experimentada quando trabalhadores não profissionais são impossibilitados de acessar determinados locais da cidade justamente por serem identificados enquanto essa categoria de trabalhadores. É comum que instituições estatais e privadas, responsáveis por regular o espaço urbano, em relação seja ao acesso a áreas públicas seja ao mercado imobiliário, os tratem de maneira desigual, como se não tivessem autoridade para praticarem a cidade da mesma forma que trabalhadores profissionais.

Imperialismo cultural

Para avançar no argumento, depois de tratar da exploração, marginalização e impotência, é preciso abordar como a *normalização* da experiência e da cultura de um grupo dominante em relação às formas de vida de indivíduos membros dos grupos subalternos circunscreve as relações urbanas. Além da impotência, a análise crítica das experiências de segregação em uma cidade lança luz sobre

691 Young, 1990, p. 57, grifos meus.

692 Aqui o exemplo da segregação residencial é tratado apenas como um modo de ampliar a imagem trazida pelo argumento sobre a especificidade da experiência urbana de impotência em relação às injustiças estruturais. Em textos posteriores, Young argumenta como a segregação corresponde a um dos processos estruturais que compõem o racismo (Young, 2000, especialmente no cap. 6; 2007; 2009). Ela também retoma o caráter historicamente racista das políticas urbanas norte-americanas na crítica à segregação urbana por marcadores de raça e classe (Massey; Denton, 1993).

693 Young, 1990, p. 58.

694 É muito mais provável que um empresário negro – devido às estruturas sociais racistas da sociedade norte-americana – sofra limitações de escolha no mercado imobiliário, apesar de seu status de trabalhador profissional. Esse ponto também será melhor trabalhado pela filósofa em trabalhos posteriores. Em *Inclusion and Democracy*, Young "enfatiza que pertencemos a muitos *grupos estruturais*, alguns dos quais podem negar ou diminuir a vulnerabilidade de um indivíduo à opressão sofrida por tantos em outros" (Card, 2009, p. 155, grifos meus).

outra face da opressão apresentada por Young: o *imperialismo cultural*. Esta não se conecta diretamente com a posição na divisão social do trabalho, mas com o estabelecimento da experiência e da cultura de um grupo dominante como norma[695].

O argumento de Young pretende revelar os impactos negativos da racionalidade burocrática sobre os espaços vividos e constituídos por interações interpessoais. Para além da separação funcional entre local de residência, consumo e lazer já discutida, as cidades norte-americanas separam-se legalmente entre municipalidades, as quais possuem administração, ordenamento jurídico e serviços públicos próprios. Se, por um lado, não pretendo abordar a dimensão jurídica do modelo de planejamento urbano nos Estados Unidos, nem as alternativas propostas pela autora e pelas referências teóricas com as quais ela dialoga; por outro, interessa reconstituir como essa produção do espaço urbano, baseada em critérios de especulação financeira, causa consequências significativas para os habitantes das cidades.

O cerne das críticas é o procedimento que "resulta frequentemente em desinvestimento abrupto em uma região e especulação maciça perturbadora em outra"[696], processo que se replica contemporaneamente em cidades de diversos países de acordo com as especificidades de cada contexto histórico, geográfico e político. Tanto a dimensão material – por exemplo, de acesso à infraestrutura urbana – quanto a dimensão subjetiva – a autocompreensão dos indivíduos enquanto pertencentes à determinada comunidade política – são afetadas pelas transformações urbanas. O imperialismo cultural é uma das formas em que a injustiça é experimentada e que tem na dinâmica segregadora das cidades uma de suas expressões mais características.

Grande parte da realidade urbana norte-americana constituiu-se por um padrão de movimentação, em geral, das pessoas brancas e pertencentes às classes sociais médias e altas para comunidades ricas nos subúrbios e nas pequenas cidades fora dos grandes centros urbanos. Esse fenômeno influencia no aumento de comportamentos de repúdio em relação às diferenças sociais – principalmente ligadas à raça e à classe, pois uma de suas principais motivações é "evitar a feiura, a complexidade e os perigos da vida urbana, e muitas vezes [...] evitar ter que interagir com certos tipos de pessoas"[697]. A consequência do planejamento urbano orientado pelo lucro e pela manutenção de privilégio por parte dos grupos dominantes reflete-se no processo de segregação socioespacial por critério de raça e classe, ilustrados pela divisão entre subúrbios ricos e os centros das metrópoles (*inner cities*) pauperizados.

A construção da imagem da ameaça na vida urbana norte-americana, conforme Gerald Frug, ocorre pela designação de dois tipos distintos de pessoas que passam a ser lido como o *outro*: (a) o outro "não familiar", que pode designar as percepções sobre distintas gerações e hábitos culturais considerados incomuns; e (b) o outro "aterrorizante"[698], que apresenta um risco de violência física e psicológica para os membros dos grupos que se reconhecem com as identificações hegemônicas de etnia, raça, classe e sexualidade. Ainda que, segundo o autor, as pessoas sem-teto simbolizem a ralé (*rabble*) na modernidade, a criação da identidade dos outros aterrorizantes, nos Estados Unidos, vincula-se diretamente com a imagem dos afro-americanos pobres.

> Mas, acima de tudo, o *medo* do que é eufemisticamente chamado "o centro da metrópole" – um medo que alimentou a migração para os subúrbios – tem sido uma referência aos *pobres negros*. Além disso, o próprio termo "centro da metrópole" é

695 Young, 1990, p. 58-61.
696 *Ibidem*, p. 243.
697 *Ibidem*, p. 247.
698 Frug, 1999, p. 129.

> importante: ele simboliza a ligação que tão comumente conecta *metrópoles importantes*, *pobres negros* e *violência*. [...] Outra razão pela qual a identificação dos afro-americanos pobres como o "outro" violento [ser] vergonhosa é que esta imagem é tão frequentemente invocada por moradores de subúrbios relativamente prósperos para legitimar seu *medo da metrópole*[699].

A segregação racial nas cidades ajuda a explicar, portanto, como se consolida o processo de normalização da experiência de alguns – ilustrados por seus valores em comum e estilo de vida – e de estereotipização daqueles que não se conformam à norma como os outros. O imperialismo cultural manifesta-se paradoxalmente: "[c]omo seres notáveis e desviantes, os culturalmente dominados são marcados com uma essência. [...] confinando-os a uma natureza geralmente ligada de alguma forma aos seus corpos e, portanto, que não pode ser facilmente negada"[700]. É justamente com essa condição que nos deparamos ao destacar que tanto a imagem dos negros norte-americanos quanto dos bairros onde vivem é associada à violência e ao crime. O lado oposto do paradoxo, no caso específico da segregação urbana racial, está no modo pelo qual as relações urbanas invisibilizam esses territórios das metrópoles, como se seus moradores fossem semi-humanos e as injustiças ali vividas não tivessem sido produzidas pelo funcionamento normal da sociedade.

Young ressalta que o imperialismo cultural é experimentado pelos sujeitos culturalmente oprimidos como "dupla consciência"[701], uma vez que tanto a cultura dominante quanto a subordinada circunscrevem suas formas de vida. A recusa em aceitar interpretações que os desvalorizem, oprimam e estereotipem se dá em nome de um "senso de subjetividade positiva"[702], na medida em que eles consideram o compartilhamento de suas experiências e perspectivas similares como fonte de afirmação social em relação à cultura que os marcam como desviantes[703].

Além disso, a contraposição da autora em relação às teorias políticas comunitaristas é motivada, principalmente, por um diagnóstico sobre as consequências práticas desse tipo de visão, no contexto norte-americano. O "desejo de comunidade"[704], sustentado por grande parte dessas teorias, é profundamente regressivo em termos políticos e Young já notava essa tendência em meados da década de 1980.

> O *racismo*, o *chauvinismo étnico* e a *desvalorização de classe*, sugiro, surgem em parte de um *desejo de comunidade*, ou seja, do desejo de entender os outros como eles

699 *Ibidem*, p. 130-131, grifos meus.
700 Young, 1990, p. 59.
701 Du Bois, 1999.
702 Young, 1990, p. 60.
703 Ao discutir as críticas elaboradas por Amy Allen (2006) ao modelo de dupla consciência, Lima e Silva responde que essa figura "deve ser lida não em termos de uma auto-concepção intacta dos indivíduos, mas como expressão do *sujeito como locus de indeterminação*, de uma tensão constitutiva entre identidade e não-identidade, nunca completamente estabilizada. As possibilidades de agência, ainda que profundamente limitadas, nunca deixam de ser consideradas. A mobilização coletiva e a *ressignificação grupal* de marcadores identitários são, de fato, *recursos políticos* capazes de liberar potenciais de ação latentes" (Lima e Silva, 2018, p. 44, grifos meus). Ainda que a reconstrução desse diálogo crítico extrapole os objetivos deste texto, a interpretação das diferentes *perspectivas sociais* como recursos políticos (produzidos pela tensão entre agência e estrutura) é imprescindível para uma apreensão mais aprofundada da crítica à segregação urbana na obra de Young. Em *Inclusion and Democracy,* o conhecimento situado que aparece, em *JPD*, como exigência de escuta do grito de sofrimento das experiências dos grupos subordinados (tratarei do tema na conclusão deste artigo), reaparece enquanto elemento capaz de interpretar as perspectivas sociais atreladas às diferentes localizações nas estruturas de poder, de alocação de recursos e de hegemonia discursiva como recursos políticos (Young, 2000, p. 81-120). Ainda que não seja isento de lacunas, há um percurso teórico que busca conectar a particularidade dos sujeitos à ação política coletiva socialmente transformadora.
704 Young, 1990, p. 234.

> se entendem e do desejo de ser entendido como eu me entendo. Em termos práticos, essa compreensão mútua só pode ser aproximada dentro de um grupo homogêneo que se define por atributos comuns. Essa identificação comum, no entanto, implica referência também aos excluídos. Na dinâmica do racismo e do chauvinismo étnico nos Estados Unidos de hoje, a identificação positiva de alguns grupos é frequentemente alcançada definindo primeiro outros grupos como o *outro*, *o semi-humano depreciado*. Não afirmo que o apelo ao ideal de comunidade seja em si mesmo racista. Em vez disso, minha afirmação é que esses apelos, no contexto de uma sociedade racista e chauvinista, podem validar os impulsos que reproduzem a identificação racista e etnicamente chauvinista[705].

O reflexo concreto da construção de um imaginário mítico de comunidade torna-se a legitimação de sentimentos e ações preconceituosas em relação àqueles marcados etnicamente como outros. As repercussões nocivas desse tipo de concepção política atravessaram a análise das dimensões da opressão em relação às experiências urbanas de injustiça. Por exemplo, o imperialismo cultural, ao fortalecer a imagem estereotipada das pessoas negras nos Estados Unidos, essencializa e invisibiliza suas individualidades de modo que a autopercepção da branquitude rica enquanto comunidade (também identitária), neste contexto opressivo, gera um *mito*. Os efeitos urbanos do "mito da comunidade"[706] podem traduzir distintos comportamentos excludentes em relação a famílias negras (e geralmente pobres): desde uma lei de zoneamento que impede a construção de moradias populares até violências simbólicas e físicas contra essas famílias que estariam invadindo os bairros pertencentes aos brancos norte-americanos.

Por isso, as teorias políticas contemporâneas que ignoram o caráter urbano das sociedades, bem como as *mediações espaciais* e *temporais* das relações sociais, cometem uma falha teórica. Essa falha se manifesta, entre outras formas, na busca por uma autenticidade idealizada das relações interpessoais imediatas ("face a face"). Além disso, essas teorias acabam gerando consequências políticas prejudiciais para o enfrentamento das injustiças socialmente construídas e, com frequência, aprofundam ou produzem novas formas de injustiça. O imperialismo cultural, a exploração, a marginalização e a impotência são categorias que expressam como as opressões nas relações urbanas se vinculam ao espaço urbano produzido pela ação conjunta entre instituições estatais e agentes privados, além de expressarem as práticas sociais dos indivíduos e grupos que vivenciam cada território urbano.

Violência

Ao longo desta terceira seção, procurei evidenciar o vínculo – muitas vezes implícito – entre as diferentes faces da opressão com a experiência urbana sob o capitalismo tardio. Aproximei a interpretação dessa crítica à hipótese de uma virada espacial na obra de Young. Após verificar a ausência de vínculos satisfatórios da abordagem da *violência* na crítica aos processos de segregação e exclusão dentro das metrópoles[707], pretendo argumentar que a virada espacial seria aprofundada caso se avaliasse, com maior cuidado, essa categoria como uma das formas mais elementares de opressão vivida no cotidiano urbano.

Essa lacuna foi percebida por Nagel, considerando que não há menção à quinta face da opressão nas elaborações da "teoria da vida urbana não opressiva"[708] de Young. A discussão sobre violência e segregação nas cidades restringe-se, por exemplo, à crítica às práticas de exclusão influenciadas pelo

[705] Young, 1986, p. 12-13, grifos meus.
[706] Young, 1990, p. 235.
[707] Young, 1990, p. 241-248.
[708] Nagel, 2019, p. 11.

mencionado mito da comunidade, que promovem políticas de zoneamento pautadas pelo racismo, gerando diversos episódios de agressões contra jovens negros. A elaboração de Young permite criticar o imperialismo cultural praticado tanto por agentes do mercado imobiliário quanto por autoridades estatais e moradores, uma vez que o "racismo aversivo" marca os grupos racializados como "Outros abominados"[709]. Contudo, por meio de uma expansão da imaginação crítica presente nas elaborações da autora, pretendo explorar como as práticas violentas incidem na segmentação do espaço urbano, para além da intersecção com o imperialismo cultural.

A crítica de Nagel exige que Young trate da violência exercida pela polícia e por outras instituições repressivas do Estado, pois o erro em sua abordagem estaria no problema de que "a voz passiva elide o fato de que os policiais também protegem os valores brancos. O que está faltando em sua análise é a identificação da violência estatal que visa os negros de todas as idades e pessoas pobres em geral"[710]. Acredito que por meio do entrecruzamento das categorias de opressão com a crítica à segregação urbana seja possível avaliar uma dimensão distinta da interação entre violência e segregação (ainda que Young não explicite tal vínculo). A própria apreensão da violência como *prática social*, que determina sua definição enquanto "um fenômeno de *injustiça social*, e não apenas [como] um erro moral individual"[711] abre espaço para esse exercício.

A constituição do conceito com base nas experiências irracionais de violência xenofóbica, homofóbica, misógina e racista destaca o caráter sistêmico[712] e institucional da violência. Conforme Young, "[a] opressão da violência consiste não apenas na vitimização direta, mas no conhecimento diário compartilhado por todos os membros de grupos oprimidos de que eles estão *suscetíveis* a violações, apenas por causa de sua identidade de grupo"[713]. Esse tipo de violência dirigido a agrupamentos sociais marcados por identidades subalternas atua na criação e reelaboração de fronteiras tanto oficiais/visíveis quanto não oficiais/invisíveis no território urbano.

Os territórios urbanos segregados tornam-se também fragmentados[714] por divisões em que a brutalização de experiências de violência distingue quem pode ou não acessar determinados locais das cidades. Por exemplo, em contextos urbanos contemporâneos, não raro existem bairros que são notadamente mais perigosos para mulheres, pessoas racializadas, LGBTQIA+ ou membros de etnias minoritárias na respectiva comunidade política: mesmo que não haja nenhum tipo de divisão física ou

[709] Young, 1990, p. 247.
[710] Nagel, 2019, p. 11, grifos meus.
[711] Young, 1990, p. 62, grifos meus.
[712] O sentido sistêmico da violência auxilia também a refletir sobre o aspecto contingencial do conceito de vulnerabilidade social, lido como uma ferramenta crítica que identifica determinados grupos sociais como mais suscetíveis a danos produzidos socialmente: a vulnerabilidade social abandona "*sistematicamente* alguns, em vez de outros, à mercê de eventos deletérios, essa maior suscetibilidade de ser prejudicado já é, por si só, um tipo de *dano (de segunda ordem)*. Na medida em que essa maior suscetibilidade é conscientemente experimentada pelos vulneráveis, ela se torna um dano ainda maior, um dano *sistêmico* [...]. Assim interpretado, o conceito de vulnerabilidade nos permite compreender as injustiças sociais que estão efetivamente em jogo e têm consequências prejudiciais mesmo quando a ameaça que representam não está totalmente concretizada" (Teixeira, 2022, p. 3, grifos meus).
[713] Young, 1990, p. 62, grifo no original.
[714] Por exemplo, em relação ao debate sobre urbanização brasileira, a *fragmentação do tecido sociopolítico-espacial*, no Brasil, não se reduz à segregação residencial, pois é representada tanto pela disseminação dos condomínios fechados quanto pelo controle praticado por grupos de milícia e de tráfico de drogas nas favelas, além de designar um fenômeno mais amplo de abandono do espaço público (Souza, 2008, p. 68). Mais uma vez, a referência a contextos específicos não pretende ser extensiva, mas complementa as categorias elaboradas por Young e faz parte da reconstrução crítica do modelo teórico da autora à luz de debates localizados. A ideia de *fronteiras não oficiais/invisíveis* tem relação direta com o modo em que forças paraestatais produzem o espaço urbano no Brasil.

legal que separe essas regiões, os moradores da cidade sabem que tais grupos não pertencem àquele espaço.

Ao citar casos de espancamento ou assassinatos de jovens negros pela polícia, Young sublinha que não é apenas o "desejo de manter o privilégio ou a dominação do grupo"[715], mas seu caráter aleatório que, em conjunto com as dimensões irracional e sistêmica, permitem explicar a violência como um tipo específico de opressão. A reflexão sobre a violência no cotidiano das metrópoles vincula a análise de experiências substanciais de injustiça aos impedimentos que determinados grupos sociais têm para desenvolverem habilidades de comunicação e expressão, além dos obstáculos materiais enfrentados por esses grupos. Neste ponto, o questionamento sobre os possíveis efeitos gerados pelas fronteiras urbanas que se expressam pela relação entre medo e violência[716] desenha mais uma camada a ser investigada pela crítica às formas contemporâneas de reprodução do capitalismo. As estratégias para o acesso teórico às dimensões pré-conscientes que estão na base das experiências de opressão na cidade podem ser reelaboradas a partir da recepção dessa concepção da violência.

Conclusão

O texto reconstruiu como a virada espacial gestada internamente à obra de Young pode ser lida com base na relação entre as categorias de totalidade e diferença. O tratamento das e*xperiências urbanas de opressão* nas metrópoles dos Estados Unidos fornece um quadro interpretativo para situar o projeto teórico analisado em relação às especificidades do sistema social capitalista daquele período. Ao contribuir para uma interpretação mais ampla do projeto teórico da autora, busquei apresentar um *possível* modelo de crítica ao capitalismo tardio.

Nestas considerações finais, gostaria de nomear o pano de fundo de todo o empreendimento crítico da autora: a exigência de *escuta* por parte do observador teórico. Mais do que apenas fazer uma descrição do que Young entende como escuta na teoria crítica, a questão que coloco é dupla. Por um lado, poderíamos retornar aos textos e perguntar se eles são capazes de cumprir a condição de escuta sustentada. Por outro, cabe uma tarefa *atualizadora*, colocando a tarefa da escuta para modos contemporâneos de crítica social. No modelo estudado, aquele que fundamenta a formulação das cinco faces da opressão, Young afirma que, por meio da escuta, a crítica

> emerge ao se ouvir um *grito de sofrimento* ou *aflição*, ou a partir de uma experiência própria de *angústia*. [...] Tendo em vista um *interesse emancipatório*, a filósofa apreende as circunstâncias sociais não de modo contemplativo, mas *afetivo*: os dados são experienciados em relação a seu *desejo*. [...] A crítica não se sustenta em ideias racionais prévias do bom e do justo. Pelo contrário, as ideias de bom e justo emergem pela *negação* que tal desejo expressa relativamente à realidade que nos é dada[717].

É por isso que as demandas dos novos movimentos sociais norte-americanos conferem o enraizamento social da crítica normativa, em 1990. Esse tipo de leitura da realidade sociopolítica fez com que a *política da diferença* fosse teórica e politicamente defendida por Young até o ano de sua morte, em 2006[718]. O intuito aqui, contudo, não foi fazer uma avaliação dos acertos e erros desse

[715] Young, 1990, p. 62.
[716] No contexto metropolitano brasileiro, é possível perceber o aumento da mercantilização da segurança através da manipulação do medo, processo que subtrai a "diversidade e espontaneidade" dos espaços públicos quando os subjuga "a uma vigilância permanente" e renova "constantemente a lembrança do medo e a estigmatização do Outro (que é o pobre, o diferente: o ameaçador, ou aquele que, por sua miséria, perturba a 'alegria de consumir')" (Souza, 2008, p. 92).
[717] Young, 1990, p. 5-6, grifos meus.
[718] Ver mais em Young, 2006.

posicionamento político. O esforço em reler os textos sob a lente relacional da totalidade e diferença tem que ver com a tentativa de *abrir espaço* para *imaginar* maneiras distintas de crítica do capitalismo, considerando assimetrias na estruturas de poder, alocação de recursos e hegemonia discursiva[719], além da crítica à economia política.

Expandindo as formulações de Young a partir das categorias que ela própria desenvolveu, podemos perceber que a responsabilidade por gerar experiências de opressão e dominação está ligada à concretização dos pressupostos da modernidade capitalista. A análise das relações urbanas explicita as bases dessas dinâmicas opressivas. Ao examinar as condições que empobrecem a experiência social no espaço urbano, criamos possibilidades para refletir sobre alternativas à multidimensionalidade da experiência urbana no capitalismo.

A *escuta* do processo – descontínuo e tenso – de formação de laços de solidariedade e afiliações em movimentos sociais pode auxiliar na formação de um *mapa interpretativo* apto a iluminar problemas antes inacessíveis por fundamentações teóricas que se pretendiam universalizáveis, inaptas a apreender as especificidades das posições sociais. Essa modulação do vocabulário teórico não quer negar a totalidade da exploração capitalista, senão expandir a imaginação (e o fazer teórico com pretensão científica) que inspira a crítica social. Se a esperança e a imaginação são um meio que promove a mediação necessária para intervenções teóricas na luta por transformação social, sustento que a crítica ao capitalismo contemporâneo deve seguir esse tipo de intuição.

Bibliografia

Allen, Amy, 2006, 'Power and the politics of difference: Oppression, empowerment, and transnational justice', *Hypatia*, v. 23, n. 3, p. 156-172.

Braten, Jane, 1995, 'From communicative rationality to communicative thinking: A basis for feminist theory and practice'. In: Meehan, Johanna (orgs.), *Feminists read Habermas*. Nova Iorque: Routledge.

Brenner, Neil, 2009, 'What is critical urban theory?', *City*, v. 13, n. 2-3, p. 198-207.

Buchholz, Tino, 2021, 'New directions in Frankfurt critical theory for critical urban theory'. In: Orum, Anthony M.; Ruiz-Tagle, Javier; Haddock, Serena Vicari (orgs.), *Companion to urban and regional studies*. Hoboken: Wiley.

Card, Claudia, 2009, 'Injustice, evil and oppression'. In: Ferguson, Ann; Nagel, Mechthild (orgs.), *Dancing with Iris: the philosophy of Iris Marion Young*. Oxford: Oxford University Press.

Castells, Manuel, 1983, *The city and the grass roots*. Berkeley; Los Angeles: University of California Press.

Derrida, Jacques, 1976. *Of grammatology*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.

Du Bois, W. E. B, 1999, *The souls of Black folk*. Nova Iorque: New American Library.

[719] Young, 2000, p. 81-120.

Estivallet, Lorenzo Bicca, 2023, A crítica à segregação urbana como injustiça estrutural: uma virada espacial em Iris Young?, 133f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Fainstein, Susan S, 1995, 'Justice, politics and the creation of urban space'. In: Merrifield, Andy; Swyngedouw, Erik (orgs.). *The urbanization of injustice*. Londres: Lawrence & Wishart.

Ferguson, Michaele L, [s.d.], *Bandita: Iris Marion Young and the politics of reading, writing, and citation*. Trabalho em andamento. Disponível em: https://www.michaeleferguson.com/bandita.

Frug, Gerald, 1999, *City making: building communities without building walls*. Princeton: Princeton University Press.

Gottdiener, Mark, 1985, *The social production of urban space*. Austin: University of Texas Press.

Haraway, Donna, 1991, 'Situated knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective'. In: *Simians, cyborgs, and women*. Nova Iorque: Routledge.

Harvey, David, 1993, 'Class relations, social justice and the politics of difference'. In: Keith, Michael; Pile, Steve (eds.). *Place and the politics of identity*. Londres: Routledge.

_____ 2009, *Social justice and the city*. Athens: The University of Georgia Press.

_____ 1990, *The condition of postmodernity: an enquiry into the origins of cultural change*. Oxford: Blackwell.

Hawkesworth, Mary, 2025, 'Justice and the politics of feminist philosophy', *Polity*, v. 57, n. 1, p. 111-119, 2025.

_____ 2008, 'The pragmatics of Iris Marion Young's feminist historical materialism', *Politics & Gender*, v. 4, n. 2, p. 318-326.

Hayden, Dolores, 1983, *Redesigning the American dream*. Nova Iorque: Norton.

hooks, bell, 1990, *Yearnings: race, gender and cultural politics*. Boston: South End Press.

Hooper, Barbara; Soja, Edward, 1993, 'The Spaces that Difference Makes: Some Notes on the Geographical Margins of The New Cultural Politics'. In: Keith, Michael; Pile, Steve (orgs.), *Place and Politics of Identity*. Londres: Routledge.

Iveson, Kurt; Fincher, Ruth; Gleeson, Brendan, 2018, 'Iris Marion Young and urban geographies of difference', *Geografiska Annaler: Series B, Human Geography*, v. 100, n. 3, p. 287-293. Disponível em: https://doi.org/10.1080/04353684.2018.1469095.

Jacobs, Jane, 2009, *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes.

Jameson, Fredric, 2009, 'History and class consciousness as an unfinished project'. In: *Valences of the dialectic*. Durham, NC: Duke University Press.

Kruks, Sonia, 2008, 'Phenomenology and structure: the binocular vision of Iris Marion Young', *Politics & Gender*, v. 4, n. 2, p. 334-341.

Lima e Silva, Gustavo F, 2018, *Identidades e justiça: sujeitos coletivos e ação política em Iris Marion Young e Axel Honneth*.101 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Massey, Douglas; Denton, Nancy, 1993, *American apartheid*. Cambridge: Harvard University Press.

McNay, Lois, 2014, *The misguided search for the political: social weightlessness in radical democratic theory*. Cambridge: Polity Press.

McNay, Lois, 2021, 'Historicizing recognition: from ontology to teleology'. In: Ikäheimo, Heikki; Lepold, Kristina; Stahl, Titus (orgs.), *Recognition and ambivalence*. Nova Iorque: Columbia University Press.

Merrifield, Andy; Swyngedouw, Erik, 1995, 'Social justice and the urban experience'. In: *The urbanization of injustice*. Londres: Lawrence & Wishart.

Nagel, Mechthild, 2019, 'A right to the city: incarceration and urban neighborhoods. *Transformative Justice Journal*, v. 1, n. 2, p. 6-16. Disponível em: https://transformativejusticejournal.org.

Nuti, Alasia, 2019, *Injustice and the reproduction of history: structural inequalities, gender and redress*. Cambridge: Cambridge University Press.

Purcell, Mark, 2008, *Recapturing democracy: neoliberalization and the struggle for alternative urban futures*. Nova Iorque: Routledge.

Sartre, Jean-Paul, 1976, *Critique of dialectical reason*. Londres: Verso.

Sennett, Richard, 1971, *The uses of disorder: personal identity & city life*. Nova Iorque: Vintage Books.

Santos, Milton, 1993, *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec.

Souza, Marcelo Lopes de, 2008, *Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Tavolari, Bianca Margarita, 2015, *Direito e cidade: uma aproximação teórica*. 195 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia e Teoria Geral do Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Teixeira, Mariana, 2022, 'Vulnerability: a critical tool for conviviality-inequality studies', *Mecila Working Paper Series*, n. 44, São Paulo: The Maria Sibylla Merian Centre Conviviality-Inequality in Latin America.

White, Stephen K, 1991, *Political theory and postmodernism*. Cambridge: Cambridge University Press.

Whyte, William F, 1988, *City: rediscovering the center*. Nova Iorque: Doubleday.

Young, Iris Marion, 2001,'An interview with Iris Marion Young', *Educational Philosophy and Theory*, v. 33, n. 1, p. 95-101.

_____ 1981, 'Beyond the unhappy marriage: a critique of the dual systems theory'. In: Sargent, Lydia (orgs.), *Women and revolution: a discussion of the unhappy marriage between feminism and Marxism*. Boston: South End Press, p. 43-69.

_____ 2021, 'Cinco faces da opressão', *Direito Público*, v. 18, n. 97, 2021.

_____ 1974, *From anonymity to speech: a reading of Wittgenstein's later writing*, Manuscrito não publicado.

_____ 2000, *Inclusion and democracy*. Nova Iorque: Oxford University Press.

_____ 1997a, 'Introduction'. In: *Intersecting voices: dilemmas of gender, political philosophy, and policy*. Princeton: Princeton University Press.

_____ 1990, *Justice and the politics of difference*. Princeton: Princeton University Press.

_____ 2007, 'Structural injustice and the politics of difference'. In: Appiah, K. A. et al. (orgs.). *Justice, governance, cosmopolitanism and the politics of difference*. Berlin: Humboldt Universität.

_____ 2009, 'Structural injustice and the politics of difference'. In: Christiano, Thomas; Christman, John Philip (orgs.). *Contemporary debates in political philosophy*. Malden: Wiley-Blackwell.

_____ 2006, 'The complexities of coalition'. In: Burns, Lynda (orgs.). *Feminist alliances*. Amsterdam: Rodopi.

_____ 1986, 'The ideal of community and the politics of difference', *Social Theory and Practice*, v. 12, n. 1, p. 1-26.

_____ 1997b, 'Unruly categories: a critique of Nancy Fraser's dual systems theory', *New Left Review*, n. 222, p. 147-160.